

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“Estamos no momento em que vamos definir se somos um país preparado para ser uma grande nação ou se vamos ser uma republiqueta”

(De Luís Roberto Barroso, ministro do STF)



Ele cuidou de não citar Sergio Moro

Que revolução é esta?

► **Utopia: ao falar em um grande avanço, o ministro Lewandowski ignorou as irregularidades cometidas pela Lava Jato**

NORMALMENTE SERENO e comedido, o ministro Ricardo Lewandowski, ora presidente do Supremo Tribunal Federal, um dia desses comparou investigações e sentenças da Operação Lava Jato a transformações no País, semelhantes às mudanças provocadas por uma “revolução”.

Nessa perspectiva faltou a justa homenagem. O ministro não citou o juiz Sergio Moro, comandante dessa suposta “revolução”.

Lewandowski sustentou-se em algo de fato inédito no Brasil, onde, em regra, o braço da lei não alcança o que Patativa do Assaré chamou de “Brasil de cima”. Esse majestoso poeta popular olhava e falava a partir do “Brasil de baixo”.

Para sustentar a utopia, o presidente do Supremo apoiou-se principalmente nas numerosas sentenças, “algumas muito duras”, de “altos executivos já condenados a passar 15 ou 20 anos de cadeia”.

A quimera do juiz, neste caso, é carregada mais por vaga esperança.

Revolução como metáfora é um tanto estranha à história da sociedade brasileira, mais propensa a conciliar. Ela vale, no entanto, por uma razão provavelmente escapada ao ministro Lewandowski.

A revolução deixa sempre atrás de si um rastro de violência. E ela pode ser encontrada na trajetória da Lava Jato se a operação for

considerada uma “revolução” incruenta com vítimas de outra natureza. Eis um exemplo.

Recentemente, o ministro Teori Zavascki determinou a libertação de Alexandrino Salles, executivo da Odebrecht, preso há quatro meses, contrariando o pedido de manutenção da prisão feito pelo juiz Moro.

Zavascki justificou a decisão. Segundo ele, a prisão representa uma medida que “somente se legitima em situações em que ela for o único meio eficiente para preservar os valores jurídicos que a lei penal visa a proteger”.

O ministro acrescentou: “Fora dessas hipóteses excepcionais (...) representa simplesmente uma antecipação da pena, o que tem merecido censura pela jurisprudência desta Corte, sobretudo porque antecipa a pena para acusado que sequer exerceu seu direito constitucional de se defender”.

Tortura não é somente a punição que despedaça o corpo. Há também, como nesse caso, a que dilacera a alma ao ignorar direitos.

Por que teria o judicioso presidente do Supremo ignorado, em declarações, o tempo esticado de prisões preventivas, os vazamentos seletivos de informação e as numerosas delações premiadas que alcançam, em um só processo, um elenco inédito de delatores?

Com uma pitada de preocupação o ministro Marco Aurélio Mello observou, durante uma entrevista: “Eu nunca vi tanta delação. Que elas todas tenham sido espontâneas”.

Salvaguardado o mérito dos esforços de advogados de defesa, barrados por Moro e em outras instâncias do Judiciário, a correção de rumos, curiosamente, tem sido refletida em algumas vozes do STF e por certas decisões tomadas na Corte de Lewandowski.

Esta é apenas uma pequena contradição na ordem das coisas.



O deputado anunciou o que gostaria de ter acontecido

Golpe baixo I

Durante dois dias, a mídia brasileira, oposicionista conservadora, divulgou que haveria um corte de 10 bilhões de reais do Bolsa Família, o maior programa social do governo. A fonte inicial dessa informação foi o deputado Ricardo Barros, do PP do Paraná, relator do Orçamento da União para 2016.

Era uma pretensão do parlamentar transformada em trama. O objetivo foi o de assustar a população pobre, para a qual o valor médio de 167 reais mensais, menos de um quarto do salário mínimo, é uma renda complementar fundamental.

Golpe baixo II

A repercussão forçou a presidenta Dilma Rousseff a reagir, pelo Twitter, e desmentir o possível corte anunciado por Barros. “Cortar o Bolsa Família significa atentar contra 50 milhões de brasileiros que hoje têm uma vida melhor por causa do programa”, rebateu Dilma.

Houve uma diferença fundamental, na mídia, entre a proposta do deputado e a resposta da presidenta.

O *Globo*, por exemplo, publicou a falsa notícia do deputado em dois terços da pá-

gina 3, uma página nobre do jornal. O desmentido da presidenta foi confinado em um terço da página 8. Assim o estrago do governo foi feito.

Oportunismo

Jovair Arantes, líder do PTB na Câmara, espalha o argumento de que é dirigida a investigação da Procuradoria-Geral da República contra Eduardo Cunha. “Hoje é ele, amanhã é qualquer um de nós”, ele justifica-se, malgrado o conflito com a língua pátria. Com isso serve ao denunciado pela PGR ou a si próprio? Arantes, parlamentar obscuro, já foi incluído estranhamente na lista de sucessores de Cunha, caso renuncie à presidência da Câmara. Esse jogo parece atender mais ao espírito de porco do que ao espírito de corpo.

Singular e plural

A Procuradoria-Geral da República calcula em 61 milhões de reais o patrimônio do deputado Eduardo Cunha. Com esse aval da PGR ele pode se considerar um singular homem de bens.

Pátria armada I

O Rio de Janeiro hospedará, nos dias 29 e 30, o IV Congresso Latino-Americano de

Direito Penal e Criminologia.

As palestras vão revelar um retrato dramático da violência que, em muitos casos, os dados oficiais escondem.

Eis alguns números tirados da palestra do atento delegado Orlando Zaccane, apoiado em números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

– Entre 2000 e 2012, cinco pessoas morreram no Brasil, por dia, em situações de suposto confronto com agentes policiais. Em 2013, foram registrados 2.212 homicídios a partir de ações policiais.

Pátria armada II

E segue o sangue:

– Entre os países com as maiores taxas de homicídio do mundo, o Brasil concentra isoladamente o maior número absoluto de casos. Em 2012, foram 50.108 pessoas, com taxa de 25,2 mortos por 100 mil habitantes.

– De 2002 a 2012, o Brasil registrou 418.454 vítimas da violência letal, superando em muito os maiores conflitos armados do mundo na década.

– Há uma baixa resolução das investigações de homicídios.

De quase 135 mil inquéritos que investigam homicídios dolosos, instaurados no Brasil até 2007, apenas 43 mil foram concluídos. Dos concluídos, pouco mais de 8 mil se transformaram em processos, ou seja, o País arquivou 80% dos inquéritos de homicídio, com taxas de elucidação em torno de 5% a 8%.

Ontem e hoje

O senador tucano José Serra já foi assim. Em livro autobiográfico, *Cinquenta Anos Esta Noite*, ele lembra o encontro com o presidente Goulart, em março de 1964: “(...) insistimos que o monopólio da Petrobras deveria ser estendido às refinarias e às importações do produto”.

Em telegrama de 2009, vazado pelo WikiLeaks, ele diz a Patricia Pradal, da Chevron: “Deixa esses caras (do PT) fazer o que quiserem. As licitações não vão acontecer, aí vamos mostrar que o modelo antigo funcionava... E mudaremos de volta”.

Hoje, Serra é assim.

mauriciodias@cartacapital.com.br